**O EMPREGO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA DA SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO DA REVISTA HYGEIA NO BIÊNIO 2019-2020**

ANUTE, Pollyana Furtado Machado[[1]](#footnote-1)

PAULA, Iago Sales de[[2]](#footnote-2)

FARIAS, Cleiton Sampaio de**[[3]](#footnote-3)**

**RESUMO**

A Geografia da Saúde (GS) é uma nova especialização, dotada de perspectiva histórica anterior à sua consolidação, que relaciona o ambiente geográfico e a saúde humana. O território, por sua vez, se manifesta como importante categoria na compreensão de seus pressupostos. Este artigo, ademais, objetiva analisar as formas de emprego do conceito de território nas produções científicas sob domínio da GS. Para tanto, realizamos uma pesquisa descritiva, sob o crivo de uma abordagem qualitativa, cujos procedimentos técnicos foram do tipo documental e fonte de dados foi a revista Hygeia (Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde). Analisamos os artigos publicados pelo respectivo periódico no biênio 2019-2020. Percebemos que a utilização do termo território é frequente, todavia não é assíduo entre os pesquisadores propor uma definição ou delimitação do termo, sendo reiteradamente aplicado de forma genérica, sem distinção desse para com outras categorias geográficas, como espaço. Apesar disso, percebemos que as ideias implicitamente mais recorrentes são as definições etimológicas e as preconizadas por Ratzel, além de Milton Santos ser o autor mais investido nos artigos cuja definição é explícita.

**Palavras-chave*:*** Território, definição, dimensão, utilização.

**ABSTRACT**

Geography of health (GH) is a new specialization, endowed with a historical perspective prior to its consolidation, which relates the geographical environment and human health. The territory, in turn, manifests itself as an important category in the understanding of its assumptions. This article, moreover, aims to analyze the forms of use of the concept of territory in scientific productions under the domain of GS. Therefore, we carried out a descriptive research, under the sieve of a qualitative approach, whose technical procedures were of the documentary type and data source was the magazine Hygeia (Brazilian Journal of Medical Geography and Health). We analyzed the articles published by the respective journal in the 2019-2020 biennium. We realize that the use of the term territory is frequent, however it is not assiduous among researchers to propose a definition or delimitation of the term, being repeatedly applied in a generic way, without distinguishing it from other geographical categories, such as space. Despite this, we realize that the implicitly most recurring ideas are the etymological definitions and those advocated by Ratzel, in addition to Milton Santos being the author most invested in articles whose definition is explicit.

**Keywords:** Territory, definition, dimension, use.

**INTRODUÇÃO**

A Geografia da Saúde vem se desenvolvendo, em registros oficiais, desde o século XIX, razão pela qual é entendida por muitos estudiosos como uma ciência nova (PEREHOUSKEI; BENADUCE, 2007), contudo há estudos relacionando o homem, o ambiente e a saúde desde a Antiguidade, como a obra precursora da relação, desenvolvida por Hipócrates (Dos Ares, das Águas e dos Lugares, datada em 480 a.C.) e os escritos de Heródoto sobre a medicina nas civilizações egípcias, datados em 500 a.C. (PEITER, 2005).

Paralelamente, o território, materialmente, é inerente à própria história da humanidade, haja vista que foi considerado uma das principais riquezas desde a consolidação da propriedade privada. Entretanto, a Alemanha foi a primeira a operar, no final do século XIX e início do XX, mediada por Ratzel, o termo como justificador de conquistas e expansão (OLIVEIRA, 2020).

A despeito da associação entre a “recente” área e o conceito de território, Perehouskei e Benaduce (2007) argumentam que as discussões sobre território, tais como território-área de abrangência, território-área de influência, território-rede, são indispensáveis à consolidação da Geografia da Saúde (GS), principalmente no que tange aos estudos sobre o planejamento dos serviços de saúde. Portanto, resta justificada a pertinência da compreensão da categoria, bem como o estado do conhecimento envolto a ela.

Todavia, definir os limites e a abrangências de um termo raramente é uma tarefa fácil, sobretudo inseridos no meio científico, que, por sua democratização, permite discussões teórico-semânticas, possibilitando que quaisquer pesquisador, se seguido o devido método, externe a sua perspectiva acerca de determinada temática. A liberdade científica permite que inovemos, discordemos, concordemos ou corroboremos com os estudos feitos (ou não) até então, razão pela qual reiteradamente vislumbramos cenários de divergência teórico-doutrinária, ficando a critério superveniente do pesquisador adotar a linha que julgar adequada.

Essa realidade é perfeitamente identificada no que se refere ao território, posto haverem diversos autores dedicados à temática, que concordam em alguns momentos e discordam em outros tantos. Neste estudo, selecionamos 4 (quatro) desses – quais sejam: Ratzel; Raffestin; Milton Santos; e Haesbaert – para desenvolvermos uma linha lógica em torno da definição, discorrendo, com auxílio de bibliografias complementares, acerca das suas principais colaborações. Após estabelecida essa linha conceitual, produziremos uma investigação dedicada a apurar o estado desta arte (ou conhecimento) no âmbito da GS no biênio 2019-2020.

**METODOLOGIA**

Primeiramente, compete esclarecer que neste estudo é adotada uma abordagem qualitativa, com caráter compreensivo e explicativo do fenômeno investigado. Nessa medida, elucidamos que, mesmo a pesquisa se apoiando em dados numéricos, não se vislumbra uma abordagem estritamente quantitativa, dado que o objetivo desses dados é dar subsídios à análise conceitual almejada, tornando possível a elaboração de gráficos e as comparações percentuais.

Inobstante, inicialmente delimitamos as 4 (quatro) linhas conceituais do termo território que serão investigadas nesta pesquisa – quais sejam: as de Ratzel, de Raffestin, de Milton Santos e de Haesbaert. A seleção dos autores se justifica em razão de serem considerados os expoentes clássicos na temática. Na oportunidade, outrossim, desenvolveremos um estudo bibliográfico comparativo entre os referidos teóricos, destacando os pontos chave de suas teses, bem como as convergências entre elas.

Posteriormente, com o propósito de compreender como os pesquisadores atuais, no âmbito da GS, tem percebido o termo território, escolhemos a Revista Hygeia para fazermos um exame detalhado de seus artigos. Os critérios de triagem se basearam essencialmente em dois pilares: 1. Ano de publicação do artigo, sendo necessário que a publicação tenha ocorrido em 2019 (v. 15, n. 31, 32, 33 ou 34) ou em 2020 (v.16); e 2. Presença da palavra território no corpo do texto, independente da frequência.

A partir dos supraditos parâmetros, elegemos, num universo de 70 (setenta) artigos, 25 (vinte e cinco) para o estudo, sendo 13 (treze) publicados no ano de 2019 e 12 (doze) publicados no ano de 2020. Ademais, dispensamos a decomposição por edição, uma vez que a consideramos impertinente, razão pela qual serão citados nos resultados somente os anos de publicação.

Durante a análise, delimitamos, para cada um dos 25 (vinte e cinco) artigos, as dimensões e a forma de utilização do termo território, bem como as teorias e definições abordadas. O resultado foi reunido em duas tabelas, uma para cada ano do biênio selecionado, ambas compostas por três colunas (“Título”; “Dimensões e utilização do termo”; e “Teorias/definições abordadas”), sendo o número de linhas coincidente com o número de trabalhos estudados. Ao final, foram elaborados gráficos síntese das tabelas, a fim de ilustrar a situação descrita.

**CONCEITOS DE TERRITÓRIO**

O conceito de território é multidimensional e multidisciplinar. É o primeiro porque abrange tanto a dimensão material, ou seja, o espaço físico-geográfico, como também, dentre outras, a social, a política, a econômica, a antropológica e a jurídica. É o segundo porque, embora seja um conceito propriamente geográfico, é também investigado por outras áreas do conhecimento, que o fazem com finalidade a saciar todas as dimensões, anteriormente citadas, que o termo engloba (OLIVEIRA, 2020).

Acerca dessas áreas correlatas à geografia, Haesbaert (2004) expõe, ainda que sem intuito de saciar o espectro, as principais facetas do território que são exploradas. Nesse sentido, com base nos estudos de Oliveira (2020) sobre o referido autor, montamos o quadro síntese abaixo.

Sabemos que a Geografia busca compreender os processos de produção do espaço humano, sendo, para o alcance da completude conceitual, indispensável o diálogo com outras áreas do conhecimento. Por isso, perceberemos que os conceitos abordados serão frequentemente de origem mista, dos quais exemplificamos o geopolítico, o geoantropológico e o geossociológico, que serão os mais assíduos nesta pesquisa.

**Tabela 1** – Reunião de áreas que estudam o conceito de território e suas percepções

|  |  |
| --- | --- |
| **Área do conhecimento** | **Percepção do território** |
| Economia | Estuda-se o território enquanto fonte de recursos para a acumulação do capital. |
| Ciência política | Estuda-se o território como um promotor de relações de poder, principal, mas não somente, no que concerne ao Estado. |
| Antropologia | Estuda-se o território pela sua dimensão simbólica. |
| Sociologia | Estuda-se o território enquanto interventor nas relações sociais. |
| Psicologia | Estuda-se o território pelo seu caráter subjetivo e pessoal, de maneira a refletir a identidade dos sujeitos. |

Fonte: Adaptado de Oliveira (2020).

Nesse padrão, internos ao âmbito de domínio geográfico, verifica-se, pelo levantamento feito, que a definição de território não é uníssona entre os teóricos que se dedicaram ao estudo dessa categoria, ao contrário é polissêmica. Oliveira (2020) argumenta que essa diversidade conceitual é decorrente da variedade de vertentes interpretativas que se pode optar ao analisar a dita categoria.

Nessa conjuntura, destaca 3 (três) possíveis “leituras” do termo, quais sejam: 1. Leitura política, que se dedica ao binômio espaço-poder; 2. Leitura econômica, dedicada a percepção desse como recurso econômico; e 3. Leitura cultural ou simbólica-cultural, que se destina a interpretá-lo como produto de uma apropriação simbólica (OLIVEIRA, 2020). Contudo, perceberemos a partir de agora que essa divisão não sacia a totalidade da problemática trazida, vinculando-se especificamente a um dos teóricos (Haesbaert) que na sequência abordaremos, motivo pelo qual decidimos ir além dessa enquanto parâmetro de pesquisa.

Apesar de Rocha (2008) defender que a pluralidade de conceitos do território está intimamente ligada a pressupostos temporais, sendo o tempo uma referência indispensável na análise de qualquer teoria desenvolvida. Todavia, no presente estudo, ainda que seja possível traçar uma linha cronológica entre as teorias objeto, a partir da data e contexto de suas elaborações, a temporalidade não será o elemento determinante, tornar-se-á tão somente intrínseco ao próprio estudo.

Em sentindo complementar aduz Fernandes (2009, p. 60):

Conceito tem época, é mutável, possui atributos, é um recurso. Assim como os conceitos, uma teoria nunca expressa o “real” – o real é complexo, não é apreendido através de uma única dimensão –; por essa razão fazemos confusões ao trabalhar com teorias e conceitos. Território é um conceito complexo, substantivado por vários elementos e em unidade com o real, o mundo da vida.

Adentrando no mundo semântico-teórico, temos, primeiramente, sua pertinente etimologia. Pelo Dicionário *Oxford Languages* (2020), a palavra deriva do termo latino *territorium* que significa, segundo o mesmo, “grande área ou extensão de terra delimitada, parte da terra ou de uma terra sob jurisdição”. Essa definição etimológica abrange puramente a dimensão material, portanto, ainda que de importante consideração, imprudente seria que nos guiássemos, ao campo científico, exclusivamente por ela.

Ademais, complementar à percepção etimológica, temos o disposto por Ratzel (1990), que definia território, em suma, como uma área de terra, grande ou não, utilizada por um determinado grupo humano, que inevitavelmente desboca na formação de um Estado. Valverde (2004) explica que a teoria de Ratzel tem uma origem antropogeográfica que traz o território como “[...] expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organizaria a sociedade” (VALVERDE, 2004, p. 119).

Por isso, conforme argui Saquet (2007), Ratzel não é preciso ao propor sua conceituação, de maneira a distinguir verdadeiramente território de outros termos, ao contrário, recorrentemente o aborda como sinônimo de outras categorias geográficas distintas, como solo, ambiente e Estado. Citamos pertinente excerto:

Ratzel (1990), fundamentara sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas: observação, descrição, comparação e classificação, compreendendo a Antropogeografia como uma ciência comparada. Por isso, naturaliza o povo e o território, ligando-o ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, entre outros fatores, o crescimento espacial dos Estados. Em Ratzel, o território, ora aparece como sinônimo de ambiente, ora como solo, ora como Estado-Nação (SAQUET, 2007, p. 64).

Percebamos o que explica os supra autores nas próprias palavras de Ratzel, que defende que: “[...] quando avança além da gen, o incremento do território não pode ser considerado senão como incremento do Estado. Quando mais gens se ligam entre si com objetivo de ataque ou de defesa, a nova unidade que se forma não é senão um Estado” (RATZEL, 1990, p.77). Vejamos, portanto, que o território para Ratzel era a representação máxima das condições de trabalho e da própria existência de uma sociedade, ou seja, perdê-lo (ou ao menos parte dele) significava a decadência social. A *contrário sensu*, a incorporação, anexação e/ou domínio de novos territórios significava o amplo progresso e desenvolvimento de uma sociedade.

Essa representação das condições de trabalho e de existência pressupõe, sob um olhar naturalizado, o que convencionamos chamar de espaço vital e, sendo vital, poderia ser utilizado como instrumento de dominação de um povo sob outro, bem como ser conquistado, de maneira a ampliar áreas de influência econômica e cultural de um Estado. A concepção de território em Ratzel, pois, impulsionou e justificou a expansão germânica (ROCHA, 2008), bem como consolidou o que convencionamos chamar de geografia política clássica.

Contemporaneamente, há grandes críticas à Ratzel, posto que seus estudos, inclusive os de território, são corriqueiramente associados a uma busca por legitimação do Estado alemão (GALVÃO; BEZERRIL, 2012). Nessa linha, surge Raffestin (1993), um dos principais críticos à geopolítica clássica, argumentando que o referido autor findou produzindo uma geografia política estatal, centrada no Estado enquanto única organização capaz, isto é, com poder, de estabelecer a territorialidade no espaço. Para ele, notado erro, motivo pelo qual estruturou uma nova concepção de território – e também de categorias correlatas.

Importante destacar, primeiramente, que Raffestin (1993) clareou a penumbra existente entre a distinção dos conceitos de espaço e território, sendo esse produto daquele a partir da ação humana. Aludimos:

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias. Não discutiremos aqui se são noções ou conceitos, embora nesses últimos vinte anos tenham sido feitos esforços no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Em Raffestin (1993), território é, portanto, uma parcela do espaço terrestre, na qual predominam relações de poder. É, em suas palavras, “o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 147). A tese tem forte ligação com os pressupostos foucaultianos, dado que ambos, junto a nomes como G. Deleuze e F. Guatarri, compunham a escola francesa dessa abordagem, tendo como máxima premissa a compreensão do poder (FERNANDES, 2009). Nessa linha de poder, destacamos também a definição de Hannah Arendt, parafraseada por Souza (1995), como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), reiterando que “território é essencialmente um instrumento de exercício de poder” (SOUZA, 1995, p. 79).

Justamente por sua abordagem voltada à compreensão do poder é que resulta na quebra do paradigma postulado por Ratzel, pois esse marginalizava todas as demais organizações detentoras de poder em face do Estado. Em sua obra temos exemplificadas, dentre outras, as organizações de mercados (econômica) e de igrejas (simbólica), que igualmente “criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto” (RAFFESTIN, 1993, p.39), por meio das, ditas por ele, “redes” – instituições organizadas hierarquicamente, de modo a possibilitar a manutenção do poderio que detêm.

Nesse contexto, Milton Santos corrobora com o posicionamento de Raffestin, igualmente criticando a indissociabilidade do território para com o Estado proposta pela geopolítica clássica. Isso porque essa concepção não reflete todas as formas de expressão de um território, desconsiderando atores e relações sociais indispensáveis a compressão total do termo. Nesses termos, explicam Saquet e Silva (2008, p. 31-32) que, para Milton Santos:

[...] o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Para Santos (1998), o território é um palco para a proliferação e movimentação do capitalismo internacional. É justamente por isso que a definição de território não pode ser atrelada apenas ao poder exercido pelo Estado, pois o capitalismo aparece agora como um poder dominante que consegue se impor sobre o próprio Estado. Dessa maneira, para compreender o território em Santos, é necessária uma profunda análise da sua utilização, sendo insuficiente buscar tão somente uma definição teórica fria (SANTOS, 1998).

Nessa conjuntura, Santos (1998) traz o território ramificado em duas possibilidades: 1. Território local (nacional), sendo esse o estatizado, o de moradia, no qual as pessoas se abrigam e se relacionam; e 2. Território global (transnacional), introduzido envolto ao movimento de globalização, sendo esse habitado pelo capital econômico, num contínuo processo racionalizador e produtor de conteúdo ideológico. Ambos passíveis de conflitos, veja-se pertinente passagem:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los (SANTOS, 1998, p. 18).

Cumpre destacar também que Santos (1998) traz considerações acerca do funcionamento desses territórios, abordando a possibilidade de incidência de um caráter horizontal e/ou vertical. Este marcado pela hierarquização de um sobre outros, enquanto aquele definido por uma atuação solidária de uns para com outros, de lugares vizinhos reunidos em uma espécie de sociedade.

Chegamos, finalmente, a Haesbaert (2004), que propõe uma sistemática de interpretação do território um pouco mais complexa que os anteriores, promovendo estudo a partir de 3 (três) critérios: 1. Político-jurídica; 2. Econômico; e 3. Naturalista. Estabelecendo, além dessas, que é possível também realizarmos a análise sob o olhar da filosofia, cuja base discussional consiste no estudo de dois binômios o realismo-idealismo e o espaço-tempo (FUINI, 2017).

Haesbaert (2004) explica que o território nasce de uma dupla conotação: a material e a simbólica, pois há relação tanto com a dominação da terra quanto do *terror*. Ou seja, aqueles que não pertencem àquela terra, àquele espaço, são impedidos de ali entrar ou estabelecer “raízes” ou até mesmo se sentirem conectados, pois vigora uma certa resistência ao local. Por outro lado, aqueles que habitam e que tem o direito de usufruir do território criam laços afetivos e sentimento de identidade.

Estabelece, por conseguinte, dois significados para o conceito de território: o primeiro está ligado às definições clássicas de Ratzel e Raffestin, no qual as relações de poder é quem delimitam o território dentro do espaço. O poder aqui é representado pela sociedade, o Estado, as instâncias políticas, entre outros. A segunda concepção de território está ligada ao sentimento de apropriação e/ou dominação, ou seja, viver, construir, se relacionar e/ou se sentir confortável naquele determinado local. Essa definição de território está intimamente relacionada com as pessoas que nele habitam.

O autor propõe ainda que o território é passível de, em nuances cartográficos, serem divididos, mesmo existindo em concomitância, em territórios tipo zonas, encaixando-se nesse grupo os Estados, e em territórios de tipo rede, similar ao defendido por Raffestin (1993), contudo divergente conceitualmente, haja vista que para aquele ambos são espécies territoriais e existem em simultaneidade, enquanto para este a estrutura de rede pode ser a base para um novo processo de territorialização.

Importante destacar o posicionamento de Souza (1995), que afirma, baseado nos pressupostos de Hannah Arendt e de Robert Sack, existirem territórios móveis, desemaranhados da necessidade de se ter um espaço físico-material determinado, constituindo-se, como tal, a partir da demonstração de movimentos sócio-territoriais. Em exemplo cita as múltiplas territorialidades cíclicas das prostitutas no Rio de Janeiro.

Lembramos, por fim, que estamos tratando de autores que viveram em tempos diferentes: Ratzel viveu na virada do século XIX para o XX, trabalhou numa perspectiva determinista, organicista/naturalista, dedutiva; Raffestin é contemporâneo, trabalha numa perspectiva dialética, embora nem sempre marxista.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Analisamos as 5 (cinco) edições da Revista Hygeia, publicadas entre o biênico 2019-2020. Encontramos 25 (vinte e cinco) artigos com a presença do termo território. Identificamos que reiteradamente os autores, inclusos nesse rol os geógrafos, utilizavam a categoria geográfica de maneira genérica.

Para fins elucidativos, agrupamos os resultados obtidos nas tabelas 2 e 3 abaixo dispostas, sendo a tabela 2 referente aos 13 (treze) artigos publicados nas edições de 2019 e a tabela 2 referente aos 12 (doze) publicado no ano de 2020. Veja-se:

**Tabela 2** – Análise dos artigos da revista Hygeia nas edições do ano de 2019

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Título** | **Dimensões e utilização do termo** | **Teorias/definições abordadas** |
| O olhar dos adolescentes sobre a violência e o lazer nos territórios pelas lentes do photovoice. | Dimensão físico-material, indo além do Estado, vez que considera território qualquer parcela do espaço. | Empiricamente ligado à definição etimológica. |
| Saberes tradicionais, biodiversidade, práticas integrativas e complementares: o uso de plantas medicinais no sus | Dimensão físico-material, vinculado ao Estado nacional, pois se reporta sempre ao brasileiro. | Empiricamente, é possível associá-lo a Ratzel. |
| Regionalismo presente nos cardápios da alimentação escolar no município de Campinorte-Goiás | Dimensão físico-material, vinculado ao Estado nacional, pois se reporta sempre ao brasileiro. | Empiricamente, é possível associá-lo a Ratzel. |
| Curandeiros Parintintine benzedeiras: reprodução do saber popular de cura | Dimensão físico-material e também naturalista, indo além do Estado, vez que considera a existência de microterritórios e de territórios vivos. | Empiricamente ligado à definição etimológica e à Raffestin (na concepção de rede). |
| A agricultura do agronegócio e sua relação com a intoxicação aguda por agrotóxicos no Brasil | Dimensão físico-material, vinculado ao Estado nacional, pois se reporta sempre ao brasileiro. | Empiricamente, é possível associá-lo a Ratzel. |
| Territorialização em saúde: conceitos, etapas e estratégias de identificação | Dimensão físico-material, indo além do Estado, vez que considera a existência de território-distritos, território-área, bem como leva em consideração a história dos lugares. | Empiricamente é possível associá-lo a Raffestin e a Haesbaert. |
| Padrões espaciais da ocorrência de leishmaniose visceral humana na cidade de Natal-RN: a influência das áreas de risco social | Dimensão físico-material, entendido enquanto parcela do espaço e associado à cidade. | Empiricamente ligado à definição etimológica. |
| Monitoramento de aedes aegypti por ovitrampas e pelo método | Dimensão físico-material. Território como sinônimo de espaço. | Empiricamente ligado à definição etimológica. |
| Em defesa do sus, mais geografia: balanço do IX Simpósio Nacional de Geografia da Saúde | Consciência das múltiplas definições de território. Abordagem não específica. | Cita-se a visão de Milton Santos |
| Análise espacial dos determinantes socioambientais para leptospirose | Propõe uma análise social do território, mas não executa. Dimensão social e físico-material | Não foi identificado |
| A regionalização da saúde: o caminho para o SUS em todos os territórios | Dimensão físico-material. Território como sinônimo de espaço. Supõe características naturais, históricas e sociais do território. | Empiricamente ligado à definição etimológica. |
| Diálogos e interfaces da abordagem geográfica na educação profissional de nível técnico em saúde | Dimensão físico-material, econômica e cultural-simbólica. Noção de atores no território. Distinção entre território e espaço. Preocupação com a conceituação. | Possível perceber ideias de Raffestin, Milton Santos e Haesbaert. |
| O federalismo sanitário brasileiro e a regionalização da saúde no Estado de Pernambuco | Dimensão físico-material, econômica e cultural-simbólica. Fals sobre territórios sanitários e territórios político-administrativos | Possível perceber ideias de Milton Santos e Haesbaert. |

Fonte: Elaborado pelos autores

**Tabela 3** – Análise dos artigos do volume 16 da revista Hygeia, 2020.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Título** | **Dimensões e utilização do termo** | **Teorias/definições abordadas** |
| Aspectos hidrogeomorfologicos e a distribuição espacial da hanseníase | Dimensão físico-material, vinculado ao Estado nacional, pois se reporta ao brasileiro. | Empiricamente, é possível associá-lo a Ratzel. |
| A meningite criptocócica: analise espacial, epidemiologia e fatores de risco | Dimensão físico-material, sendo tido como parcela do espaço. Noção de território regional, tratando como sinônimos os termos territorial e ambiental. | Empiricamente ligado à definição etimológica e, em certa medida, a Raffestin. |
| A saúde do homem e sua percepção sobre o sistema público de saúde: A ubsf e o atendimento ao público masculino no bairro Morada Nova, Uberlândia/MG | Dimensão físico-material, psicológica e antropológica. | Não foi identificado |
| Análise da configuração territorial do sistema de esgotamento sanitário | Consciência das múltiplas dimensões de território. Aborda as dimensões físico-material, político-administrativo e cultural. Preocupação com a conceituação. Bairro é tido como território. | Baseia-se Milton Santos. |
| Aspectos epidemiológicos de acidentes ofídicos registrados no Estado do Acre | Dimensão físico-material, vinculado ao Estado. | Empiricamente, é possível associá-lo a Ratzel. |
| Pandemia e território: ritmo de difusão da covid-19 entre municípios brasileiros de 25 de fevereiro a 11 de maio de 2020 de acordo com fatores de proximidade social extramunicipal | Dimensão físico-material, não há preocupação com a conceituação ainda que o artigo aborde diretamente a temática. Vinculado à noção de Estado | Empiricamente, é possível associá-lo a Ratzel. |
| Análise sócio-espacial das doenças relacionadas ao saneamento ambiental | Dimensão físico-material, não há preocupação com a conceituação ainda que o artigo aborde diretamente a temática. | Empiricamente ligado à definição etimológica. |
| Impactos à saúde humana em regiões de implantação de empreendimentos | Dimensão físico-material, não vinculada ao Estado. | Empiricamente ligado à definição etimológica. |
| A leishmaniose tegumentar americana e seus fatores de riscos socioambientais | Dimensão físico-material, vinculado ao Estado nacional, pois se reporta ao brasileiro. | Empiricamente, é possível associá-lo a Ratzel. |
| Sistema de informações geográficas aplicado à análise espacial da covid-19 | Dimensão físico-material, enquanto sinônimo de espaço. | Não foi identificado |
| Atuação dos trabalhadores com deficiência nos hospitais universitários | Dimensão físico-material, não vinculada ao Estado. | Empiricamente ligado à definição etimológica. |
| O mapa das hepatites crônicas no Brasil no período de 2010 a 2014 | Dimensão físico-material, não vinculada ao Estado. | Empiricamente ligado à definição etimológica. |

Fonte: Elaborado pelos autores

Infere-se dos dados acima que são raros os pesquisadores que se preocupam em definir território em sua produção, não sendo, por conseguinte, precisos acerca dos limites ou particularidades que esse possui dentro da pesquisa. Apesar de, apuramos a omissão inclusive em pesquisas nas quais o território tem notada importância, por estar intimamente ligado ao objeto investigado. Verifica-se que dos 25 (vinte e cinco) artigos estudados somente 2 (dois) abordaram sobre a definição ao qual se vinculariam, representando parcela ínfima frente ao total.

Observamos, também, um elemento comum nos dois artigos preocupados com a conceituação do termo: ambos citam e baseiam-se pelo que defende Milton Santos. Além disso, o autor, de todos os aqui abordados, é o único que vem devidamente referenciado e explicitamente citado nos artigos analisados, razão pela qual notamos certa preferência, ainda que seja impossível afirma-la partindo de um espaço amostral de apenas 2 componentes.

Complementarmente, trazendo o gráfico abaixo:

**Figura 1** – Dimensões percebidas nos artigos da revista Hygeia

Fonte: Elaborado pelos autores

Nessa perspectiva, no que tange à percepção dos autores acerca do termo, observamos que esses massivamente se vinculam à dimensão físico-material. Vejamos que, conforme expresso no gráfico da figura 1, 72% (setenta e dois por cento) dos artigos se reputaram, explícita ou tacitamente, exclusivamente à dimensão físico-material, ao passo que outros 24% (vinte e quatro por cento), ainda que citem outras dimensões, igualmente se vinculam à dimensão físico-material. Fato que, demostrados pelas definições trazidas, possibilita afirmar que o território é frequentemente e intimamente associado à sua percepção física.

Reunindo os dados de ambos os anos, bem como pontuando os artigos que abordam a concepção de um ou outro teórico aqui destacado, temos as seguintes proporções:

**Figura 2** – Conceituações percebidas nos artigos da revista Hygeia

Fonte: Elaborado pelos autores

Dessa maneira, no tocante à frequência de utilização das referidas teorias e autores, percebemos que o conceito etimológico é o mais recorrente, seguido de Ratzel. É cabível explicarmos que consideramos empiricamente ligados à definição etimológica o simplório entendimento de território enquanto parcela do espaço, ao passo que ligados ao dito autor todos os pesquisadores que atrelaram o território, nos artigos, exclusivamente ao Estado nacional. Não é plausível assegurarmos que esses negam a possibilidade de haver territórios não nacionais, contudo, no momento dos artigos, foi o posicionamento que adotaram, seja pela omissão ou pela exclusiva vinculação. Vejamos o gráfico 2, elucidativo da situação narrada:

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa, portanto, ofereceu contribuição teórica para ampliação do conhecimento relacionado ao emprego de território na Geografia da Saúde no biênico 2019-2020. Constatamos que, ainda que existam, atualmente, sortidas discussões, há uma predomínio de abordagens genéricas. Concluímos, portanto, que o território é uma categoria de relevância para a Geografia da Saúde (e geral), porém há a carência de abordagens específicas, haja vista que a inércia conceitual se manteve em quase todos os casos, mesmo quando o território se manifestou como elemento crucial para o desenvolvimento da pesquisa.

Inferimos que a linha conceitual predominante é a etimológica, seguida de Ratzel, no entanto de maneira implícita, sendo conotada usualmente de maneira abstrato, imprecisa e vaga. O teórico mais utilizado para fundamentar as conceituações feitas de maneira explícita foi Milton Santos, aparecendo em 100% dos casos nos quais o pesquisador se preocupou em delimitar o alcance do termo.

Esse resultado, no entanto, foi parcialmente de encontro ao que esperávamos inicialmente. No que concerne às definições explícitas, Milton Santos mostra-se um teórico atual, preocupado com todas as dimensões do termo, conquanto, Ratzel, ainda que um clássico autor, não sacia o alcance do termo, limitando-o à percepção de Estado.

Sem embargos, destacamos que manuseamos apenas um período, sendo oportuno, se identificado necessidade, realizar outros tipos de pesquisas sobre o assunto, valendo-se de um lapso temporal maior. A título de exemplificação, um estudo de levantamento bibliométricos satisfaria a demanda, indicando as tendências gerais, bem como a preponderância dos teóricos analisados ou além desses.

**REFERÊNCIAS**

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA MÉDICA E DA SAÚDE. Uberlândia: EduFu, v. 15, n. 31. ISSN: 1980-1726. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1852 Acesso em: 10 dez. 2020

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA MÉDICA E DA SAÚDE. Uberlândia: EduFu, v. 15, n. 32. ISSN: 1980-1726. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1881 Acesso em: 15 dez. 2020

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA MÉDICA E DA SAÚDE. Uberlândia: EduFu, v. 15, n. 33. ISSN: 1980-1726. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1896 Acesso em: 13 dez. 2020

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA MÉDICA E DA SAÚDE. Uberlândia: EduFu, v. 15, n. 34. ISSN: 1980-1726. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1946 Acesso em: 16 dez. 2020

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA MÉDICA E DA SAÚDE. Uberlândia: EduFu, v. 16. ISSN: 1980-1726. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/view/1958 Acesso em: 20 dez. 2020

FERNANDES, Dalvani. Território e Territorialidade: algumas contribuições de Raffestini. **Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte**, vol. 2, n.4, p.59-68, jul./dez. 2009. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/revista ppp/article/view/954. Acesso em: 17 dez. 2020.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa.** Rio Grande do Sul, vol.21, n.1, p.19-29. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589. Acesso em: 16 dez. 2020.

GALVÃO, Iapony Rodrigues; BEZERRIL, Kellia de Oliveira. O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Friedrich Ratzel**. Revista Geopolítica**, Natal – RN, v.3, n.2, p.230-238, jul./dez/2012. Disponível em: http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/59. Acesso em: 15 dez. 2020.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, vol.2, n.3, p.523-545. 2012. Disponível em:http://agbcampinas. com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012 v2n3\_Gottmann. Acesso em: 15 dez. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOPES, Jacson Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Rio Grande do Sul, vol.16, n.2, maio/ago. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/ article/view/7332. Acesso em: 17 dez. 2020.

PEITER, Paulo Cesar. **A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio**. 2005. 334 páginas. Tese (doutorado). Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre; BENADUCE, Gilda Maria Cabral. Geografia da saúde e as concepções sobre o território. **Gestão & Regionalidade**, v. 23, n. 68 set-dez/2007. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\_gestao/article/view/78/39. Acesso em: 20 dez. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem: (antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território e paisagem. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, v.9, n.27, p.128-142, set. 2008. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/ view/15724. Acesso em: 17 dez. 2020.

SANTOS, Milton; *et al*. **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v.22, n.43, p-55-76, jan./jun.2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/vie w/12646. Acesso em: 14 dez. 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, n.18, p.24-42, 2° semestre de 2008. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/in dex.php/geouerj/article/viewArticle/1389. Aceso em: 15 dez. 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Território: contributo sobre distintos olhares. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, vol.9, n.17, jan./abr. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334773079\_TERRITORIO\_contributo\_sobre\_distintos\_olhares. Acesso em: 14 dez. 2020.

TERRITÓRIO. *In*: Oxford Languages. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=territ%C3%B3rio&oq=territ%C3%B3rio&aqs=chrome..69i59j69i57j69i59l2j0j69i61l3.3154j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 20 dez. 2020

VALVERDE, Rodrigo. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n.15, p. 119-126, 2004. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/268358681.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

1. Professora do instituto Federal do Acre (IFAC), com dedicação exclusiva. E-mail: pollyana.anute@ifac.edu.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor Efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Acre (30 horas). E-mail: iago.ufac@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal do Acre (IFAC). E-mail: cleilton.farias@ifac.edu.br [↑](#footnote-ref-3)